



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do deputado Gerlen Diniz

Tel. (61) 3215-5301 e 3215-3301
E-mail: dep.gerlendiniz@camara.leg.br

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º , DE 2023
(Do Sr. Gerlen Diniz)

Apresentação: 25/07/2023 14:02:03.073 - MESA

RIC n.1945/2023

“Solicita informações a Sra. Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, acerca das medidas voltadas à promoção do crescimento econômico e social da Amazônia previstas no Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm)”.

Senhor Presidente:

No exercício das competências, prerrogativas e responsabilidades insertas nos artigos 49, X e 50, §2º da Constituição Federal e na forma dos artigos 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência que sejam solicitadas informações a Sra. Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, acerca das medidas voltadas à promoção do crescimento econômico e social da Amazônia previstas no Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), devendo ser respondidas especificamente as seguintes indagações:

- a) Quais os incentivos previstos no PPCDAm para o fortalecimento da indústria que gere empregos e renda na exploração de produtos como a borracha, carnaúba, castanha, açaí, sementes oleaginosas e uma infinidade de matérias-primas para a produção de fármacos e cosméticos?
- b) Quais medidas imediatas estão previstas no PPCDAm para a regularização fundiária, titulação de terras e o reconhecimento do direito das famílias assentadas ou que ocupam áreas públicas?





- c) Quais as metas e prazos para aumentar a presença do Estado na Região, por meio da melhoria de estradas vicinais para escoamento da produção da agricultura familiar, educação, saúde, internet, mecanização agrícola e outras ações com potencial para fixar produtores rurais e extrativistas gerando emprego e renda?

JUSTIFICAÇÃO

O lançamento do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) vem ao encontro dos compromissos assumidos pelo Presidente Lula na campanha eleitoral e reafirmado em fóruns internacionais até mesmo antes da posse. Combater o crime organizado que explora madeira, a biopirataria, o narcotráfico e o garimpo na Amazônia de forma predatória, sem autorização e sequer atenção necessárias das autoridades, é um desejo não só dos países mundo a fora, mas de toda a sociedade brasileira.

Ninguém mais pode defender a Amazônia como santuário intocável da humanidade. Para que o PPCDAm dê certo é preciso levar em conta os 30 milhões de brasileiros que vivem na região e que dependem de um plano de desenvolvimento que priorize o atendimento de suas demandas sociais e econômicas. A repressão por si só, não dará conta dessa crucial tarefa de preservação do bioma. Mas à medida em que o governo federal, em parceria com estados e municípios passar a implementar políticas que produzam promoção social a partir da bioeconomia, da mineração e exploração madeireira sustentável, do ecoturismo e de uma infinidade de produtos florestais demandados pela indústria de cosméticos e fármacos, estaremos resolvendo em grande parte a preservação ambiental, e mais que isso, produzindo modelos que podem ser aplicados pelos demais países da região.

O desmatamento zero propalado como meta a ser atingida até 2030 não pode ser uma armadilha dos países desenvolvidos para nos manter no subdesenvolvimento e na dependência eterna de mercados para nossos produtos, somente observando estritamente as regras deles sobre preservação da Amazônia para podermos vender nossas commodities, enquanto vivemos sob os ditames de quem decide se podemos crescer, quanto e quando podemos crescer.

É compreensível a preocupação das autoridades brasileiras ao colocar em prática um plano que adote medidas restritivas para coibir o “passar a boiada” e a mudança das regras “de baciada”. Por isso é razoável aceitarmos o aumento da fiscalização em áreas desmatadas ilegalmente e o seu embargo; monitorar remotamente (por satélite) e produzir alertas diários de desmatamento e degradação florestal; contratar analistas ambientais; criar obrigações transversais que imputem





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do deputado Gerlen Diniz

Tel. (61) 3215-5301 e 3215-3301
E-mail: dep.gerlendiniz@camara.leg.br

responsabilidades para vários ministérios do governo federal. Mas é igualmente imprescindível que as mesmas autoridades que formularam o PPCDAm implementem políticas públicas que promovam o crescimento econômico e social da população que vive nos estados da Amazônia

legal, capazes de produzir riquezas com distribuição de renda, fixar o homem como guardião da floresta em pé e que não precise derrubá-la com o propósito de fonte de subsistência de milhões de famílias de indígenas, ribeirinhos e seringueiros que hoje vivem em verdadeira penúria financeira no seio da floresta mais rica e cobiçada do planeta. É urgente que o governo promova esse equilíbrio.

Com base nessas afirmações solicito que sejam respondidos os questionamentos acima elencados e solicito a Sra. Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, que envie, no prazo mais breve possível, as informações solicitadas.

Sala das Sessões, em 25 de julho de 2023.



GERLEN DINIZ
Deputado Federal – PP/AC

Apresentação: 25/07/2023 14:02:03.073 - MESA

RIC n.1945/2023



* C D 2 3 3 5 1 4 5 5 1 8 0 0 *



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gerlen Diniz
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233514551800>